



Ata da reunião ordinária de Assembleia Municipal realizada a 28 de  
novembro de 2014

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas, realizou-se no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, convocada pela sua Presidente, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1º. Ponto – Projeto de Exploração Mineira da Boa Fé
- 2º. Ponto – Proposta de Suspensão Parcial do Plano de Urbanização da cidade
- 3º. Ponto – Medidas preventivas na área de Suspensão do Plano de Urbanização da cidade
- 4º. Ponto – Proposta de Protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira – Funcionamento do Jardim de Infância de Junho a Setembro de 2014
- 5º. Ponto – Proposta de Protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e Junta de Freguesia de Santiago do Escoural – Fornecimento de lanches escolares
- 6º. Ponto – Proposta de Protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre – Fornecimento de lanches escolares
- 7º. Ponto – Proposta de Protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Santiago do Escoural – Construção de muro de suporte no parque Desportivo de Santiago do Escoural
- 8º. Ponto - Proposta de Protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Cabrela – Transportes escolares
- 9º. Ponto - Proposta de Orçamento Municipal e Documentos Previsionais para 2015
- 10º. Ponto - Proposta de Participação do IRS para 2015
- 11º. Ponto - Proposta de Derrama sobre o IRC para 2015
- 12º. Ponto - Proposta de fixação de Taxas de IMI para 2015
- 13º. Ponto - Proposta de Autorização à Assembleia Municipal/ Empréstimo bancário de médio e longo prazo para 2015
- 14º. Ponto - Proposta de Mapa de Pessoal para 2015
- 15º. Ponto – Declaração de Interesse Municipal da ETAR de Lavre
- 16º. Ponto - Informação da Atividade da Câmara Municipal

Deu início à sessão a Sra. Presidente da Assembleia, que após cumprimentar todos os presentes na sala, informou que a Assembleia Municipal pretendia homenagear o

Cante Alentejano, agora considerado Património Imaterial da Humanidade, pelo que foi convidado a estar presente o grupo de música tradicional "Fora D'Horas".

De seguida, a mesa procedeu à chamada verificando-se a presença dos seguintes eleitos:

António Joaquim da Silva Danado, António Luis Pinto Xavier, António Manuel Bernardo Fitas, Augusto Francisco Rebotim Pascoal, Beatriz Maria Varela Maltês da Visitação, Duarte Manuel Vicente da Luz, Guilherme Tomás Cebola de Almeida Franco, Joaquim Alberto Vidigal Galvão, Joaquim Isidoro Miguéns D'Abreu Bastos, José Carlos das Dores Zorrinho, José Maria Barroso Fernandes, José Vicente Grulha, Orlando Manuel Beldroega, Paula Cristina Pinto Martins, Paulo Dinis Nabais Arrifes, Pedro Manuel Pinto Bento, Rui Fernando Benavente Páscoa, Sandra Cristina Esperança Matias, Silvia Cristina Gomes Soares, Susana do Carmo Cortiçadas Picanço, Telmo Filipe Marques Caldeira e Vitalina da Conceição Pavia Roque Pires Sofio.

Estiveram ausentes desta sessão os Srs. Alexandre Vinagre Pirata, Celeste de Jesus Leiras, Dário Miguel Tregreira Coelho, Maria Helena Salvaterra, Manuel António Coelho e Sónia Cristina Ramos, tendo apresentado as respetivas justificações.

Estiveram ainda presentes nesta reunião, a Sra. Presidente da Câmara Municipal, Dr<sup>a</sup>. Hortênsia Menino, as Sras. Vereadoras Susana Mendes e Palmira Catarro e os Srs. Vereadores João Marques, Henrique Lopes e Olímpio Galvão.

Retomou a palavra a Sra. Presidente da Assembleia para informar ter sido recebida através da correspondência, a resposta do Conselho Diretivo da ARS Alentejo ao ofício remetido pela Assembleia, no que respeita à situação dos Postos Médicos de Cabrela e S.Cristóvão.

Foi seguidamente colocada a votação a proposta de ata da sessão de vinte e seis de setembro de dois mil e catorze, relativamente à qual foram apresentadas propostas de alteração pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Cristóvão, pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santiago do Escoural e pelo eleito Sr. Joaquim Bastos. Após ser votada com a introdução das propostas de alteração solicitadas, foi a mesma aprovada por maioria, com uma abstenção de um eleito da CDU.

De seguida deu-se início ao período antes da ordem do dia, tendo pedido para intervir o eleito Guilherme Franco informando que irá apresentar uma Saudação ao Cante Alentejano, a qual se transcreve de seguida:

*"A Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo reunida em sessão ordinária no dia 28 de novembro de 2014 saúda a decisão do Comité Internacional da UNESCO de inscrever o cante alentejano como Património Cultural Imaterial da Humanidade. Tal decisão reconhece a relevância patrimonial do cante, o seu valor excecional como símbolo identificador do Alentejo e identitário dos alentejanos, o seu enraizamento profundo na tradição e história cultural do País, a sua importância como fonte de inspiração e de troca intercultural entre povos e comunidades, sendo motivo de satisfação e orgulho para todos os portugueses.*

*No cante alentejano, quando as vozes se sobrepõem e adensam nesse sopro quente que parece deixar um sabor a terra na boca, é como se aquela a música procurasse encenar os tempos de um canto de trabalho, em que a música ondulava nos campos enquanto homens e mulheres embalavam os movimentos da ceifa ou da monda, ceifavam, mondavam, se empoleiravam nas árvores na apanha da azeitona ou da bolota, desenhavam os passos atrás dos animais com um arado. E, nas pausas dessa*

*fisicalidade intensa, era também o cante que distraía o corpo das dores da labuta e acompanhava a bucha. O cante, evocação da natureza, dos amores, da morte, da natureza e sobretudo do amor por uma terra a que a vista não alcança fim, consolava, ajudava a jornada a morrer mais depressa.*

*Os eleitos da Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo expressam a convicção de que a decisão agora adotada pela UNESCO vai contribuir para a salvaguarda e a promoção do cante alentejano, essa genuína expressão cultural de um povo, bem como para o surgimento de novos projetos musicais, turísticos e académicos, tudo isso concorrendo para um maior desenvolvimento do Alentejo e do País.*

*A Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo felicita todos os que, com o seu trabalho, saber e dedicação, tornaram possível a concretização deste objetivo: o povo de cujo trabalho, vida e luta nasceu como impressiva expressão cultural, os cantadores alentejanos, os seus grupos corais, as coletividades e os seus ativistas, que têm preservado e dignificado o cante alentejano, bem como as muitas personalidades e entidades que promoveram esta candidatura”*

Sobre a saudação apresentada, pediu a palavra o eleito Sr. Joaquim Galvão, afirmando que a bancada do Partido Socialista subscreve inteiramente o documento, sendo de louvar que o Cante Alentejano tenha recebido este prémio.

Ainda o mesmo eleito apresentou em seguida uma citação de Lopes Graça, sobre a Canção de Lisboa, a qual se transcreve se seguida:

*“(...)não constituirá acaso grande temeridade o definir o povo alentejano como sendo o mais «musical» da gente portuguesa – entendendo-se por aí a sua natural capacidade para se traduzir e consciencializar em canto, a sua rara espontaneidade mélica, enfim aquilo a que poderemos chamar a sua temperamental disponibilidade lírica, que o leva a achar boas todas as ocasiões, todas as horas, para dar largas à sua inata musicalidade. E porventura, mais do que isso: a gravidade que põe no acto de cantar, para ele verdadeiro acto de identificação colectiva, de comunhão espiritual com os do seu sangue e da sua pátria, para onde quer que vá, onde quer que se encontre. Em roda, os olhos cerrados, expressão concentrada do rosto, o mais das vezes ombro a ombro ou braços com braços em ondulada movimentação, assim entoam os ganhões alentejanos os seus cantos. E é como se cumprissem um antigo e necessário ritual”.*

Salientou de seguida, que seria importante conjugar os dois documentos. Também referiu a importância da distinção atribuída a Reguengos de Monsaraz, como Capital Europeia do Vinho em 2015.

A Sra. Presidente da Assembleia Municipal questionou se todos os eleitos concordavam em subscrever esta saudação, com a inclusão da citação apresentada, sendo esta proposta aceite por todos.

Interveio de seguida, ainda no período antes da ordem do dia, o eleito Sr. António Danado, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras para apresentar uma Moção sobre o Orçamento de Estado, a qual se transcreve se seguida:

*“Considerando que:*

*O agravamento do fosso entre o volume de montantes transferidos e a regra geral prevista na Lei das Finanças Locais(LFL) aferida a uma % da média dos três impostos que relevam para o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) e Fundo de Financiamento das*

*109 no 50 fio*

Freguesias(FFF) (para uma variação de 17% entre 2012 e 2013 do volume da receita do IVA+IRS+IRC), a variação proposta na alínea a) do artigo 85º. é de 1.5%;

Para lá do artifício da cláusula limite dos 5% (inaugurada com a Lei de 2007) que faz com que a transferência não seja fixada em 1.952 milhões de euros, o Orçamento de Estado (OE) consagra ainda uma subavaliação do valor remanescente, ou seja mais 85 milhões que em 2014 (1.785 milhões em vez dos 1726 milhões). Adicionalmente faz o truque de cumprir a variação máxima dos 5%, não referenciada como a lei determina ao FEF e Funco Social Municipal (FSM), mas incluindo o IRS, conduzindo a que nos "acertos para impedir o aumento devido de transferências o FEF seja "martelado" de tal maneira que há municípios a Perder 10% e mais desse momento (os municípios das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto vêem o FEF reduzir-se respetivamente em 15 e 19 milhões de euros!!);

A verba autónoma para transportes escolares (23 milhões de euros), já por si comprovadamente insuficiente, passa a estar diluída no FSM;

Pelo segundo ano consecutivo insiste-se no incumprimento do que a Lei estipula sobre transferências para Áreas Metropolitanas (AM) e Comunidades Intermunicipais (CIM), num quadro em que a própria regra de exceção (inaceitável) desaparece, incumprimento que se traduz em mais de 5 milhões de euros no seu conjunto;

Estabelece a consignação do crescimento do FEF resultante da LFL à realização da participação do Fundo de Apoio Municipal (FAM) e consolidação orçamental (dívida de médio e longo prazo e pagamentos em atraso);

Impõe restrições no domínio de recursos humanos, seja por via do controlo de admissões e procedimentos concursais, seja na valorização dos trabalhadores;

Determina a obrigatoriedade de prestação de contas das verbas efetivas realizadas no âmbito do FSM no domínio da Educação, com devolução das verbas não gastas;

Consagra a larga a prática de retenções arbitrárias, de que são exemplo:

Tectos de pagamento automáticos (e arbitrários) ao Serviço Nacional de Saúde (SNS); Retenções em favor da DGAL, de 0.1% do FEF; Por "violação" da redução em 10% do volume de pagamento a 90 dias não relevando para o efeito as dívidas pagas ao abrigo do Programa de Apoio à Economia local (PAEL); Por "violação" da não redução de trabalhadores; Pela "violação" das disposições sobre pessoal dirigente; Pelo incumprimento da renovação de contratos a termo; Por não cumprimento da consignação do aumento IRS+IVA.

A Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, reunida em 28 de novembro de dois e catorze, delibera:

1. Proclamar o firme propósito de defender a autonomia do Poder Local, consagrada na Constituição da República e reclamar das Associações Nacionais dos Municípios e das Freguesias posições firmes e combativas para recuperação dessa autonomia;
2. Exigir o cumprimento da lei das Finanças Locais, apelando à Assembleia da República para que a faça cumprir, corrigindo a distribuição das verbas propostas para os municípios e freguesias;
3. Protestar contra a destruição do emprego público e contra uma ainda maior degradação das condições de trabalho dos trabalhadores das autarquias, impostas por este orçamento solidarizando-se com a sua luta;

*Hoque Sofia*

4. *Reclamar a retoma do investimento público e a assunção pelo estado das suas responsabilidades na saúde, educação e proteção social, a um nível que responda às necessidades da economia local e às carências da população;*

Afirmou que a aprovação deste Orçamento de Estado constitui mais um forte ataque aos mais desfavorecidos, bem como às Autarquias Locais.

Referiu-se ainda à retenção para efeitos do Fundo de Apoio Municipal, em que são os próprios Municípios que contribuem no apoio a outros em dificuldades, o que reflete mais uma grande injustiça. Salientou ainda, neste Orçamento a redução de verbas aos Municípios, caso não sejam cumpridas as imposições do governo, como por exemplo, na redução de funcionários.

Sobre esta Moção, interveio de seguida o eleito Sr. Carlos Zorrinho, primeiramente saudando o grupo Montemorense, assim como a Sra. Presidente da Assembleia Municipal pelo momento proporcionado. Disse ainda que também os eleitos do Partido Socialista consideram este orçamento muito penalizante para os portugueses, acrescentou ainda que estes cortes nos financiamentos, tanto a nível das autarquias, como de universidades, etc, ocorre numa altura em que se vai iniciar a execução do próximo quadro estrutural, designado Portugal 2020. Afirmou ainda que se deve continuar a lutar e por isso a bancada do Partido Socialista votará favoravelmente o documento.

Não havendo mais pedidos de palavra, foi colocada à votação a moção.

Deliberação: Aprovada por maioria, com um voto contra do eleito do CDS-PP.

Interveio de novo, o eleito Sr. Joaquim Galvão para felicitar o Grupo União Sport pelo centenário da sua existência.

A Sra. Presidente afirmou de seguida que em nome da Assembleia Municipal serão enviadas ao Grupo União Sport estas felicitações.

Pediu a palavra o eleito Sr. Rui Páscoa, para felicitar o jovem Fábio Azinheirinha, residente em S. Geraldo, que se consagrou Campeão Nacional de Triatlo Longo, na categoria de Sub-23 e Vice-Campeão Nacional em Absolutos, na prova de 5º. Triatlo Longo Portas do Mar, que decorreu no passado dia 9 de novembro em Ponta Delgada, nos Açores, a contar para o Campeonato Individual e de Clubes de Triatlo Longo.

Interveio de seguida, o eleito Sr. António Joaquim Danado, para também felicitar a jovem Ana Lemos e o Clube de Ténis de Montemor-o-Novo, que se sagrou Vice-Campeã Nacional de Sub 10, em Prova de Ténis realizada nos dias 22 e 23 de novembro, Master's Nacional do Circuito K-Open Smashtour, em Lisboa, sendo a segunda atleta a deixar este registo na história do Ténis no Alentejo.

Sobre o mesmo assunto, pediu a palavra a Sra. Presidente da Câmara Municipal, informando que, conforme deliberado em reunião de câmara, do passado dia 26 de Dezembro de dois mil e catorze, serão endereçadas aos dois jovens felicitações pelos resultados alcançados. Afirmou de seguida a Sra. Presidente da Assembleia que também este órgão irá felicitar os dois atletas pelos sucessos obtidos.

Encerrado o período antes da ordem do dia, a Sra. Presidente da Assembleia deu início ao primeiro ponto da ordem de trabalhos.

1º. Ponto - Projeto de Exploração Mineira da Boa Fé

*No que Sofia*

Retomou a palavra a Sra. Presidente da Assembleia afirmando que na sequência da deliberação tomada na última sessão, teve lugar uma Audição Pública, no passado dia 5 de novembro, em Santiago do Escoural, para debater este tema e na qual participaram representantes da Universidade de Évora, da Direção Geral de Energia e Geologia, da empresa concessionária e da Quercus.

A partir desta reunião foi elaborado, pela mesa da Assembleia em conjunto com o eleito do Partido Socialista, Sr. Joaquim Galvão, o documento agora distribuído e que se pretende que venha a servir de base à discussão e possível conclusão.

Pedi a palavra de seguida, o eleito Sr. Joaquim Galvão afirmando que participou na Audição Pública, a qual lhe pareceu bastante esclarecedora, embora ainda com muitas dúvidas, mas que na sua opinião, o essencial do projeto ficou conhecido. Considera que o documento reflete o que se passou na referida reunião.

Ainda sobre o assunto em debate, pediu para intervir o eleito Sr. António Xavier informando que não foi possível participar na reunião, mas com base no exposto e em toda a informação que tentou recolher, na sua opinião trata-se de um projeto que põe em risco o habit natural e que apenas se propõe criar 185 postos de trabalho, durante 5 anos, considera por tudo isso, não ser favorável para o nosso concelho.

Retomou a palavra a Sra. Presidente da Assembleia Municipal informando que a Declaração de Impacte Ambiental deveria estar disponível, no entanto o site da APA, o qual se encontra de momento em reformulação, mas pensa-se que daqui a alguns dias se poderá fazer essa consulta.

Ainda no uso da palavra, a Sra. Presidente da Assembleia referiu que por se tratar de um assunto de elevado impacto para o concelho, a Assembleia e todos teremos que ter uma atenção permanente e de acompanhamento desta situação.

Deliberação: A Assembleia Municipal decidiu apelar à entidade licenciadora (Direção Geral de Energia e Geologia – DGEG), bem como à entidade fiscalizadora (Agência Portuguesa do Ambiente – APA), para que tenham em conta todas as reservas colocadas e avaliem e fiscalizem, exaustivamente, se é possível corresponder a todas as condicionantes apontadas pela DIA, na fase de exploração da mina.

## 2º. Ponto - Proposta de Suspensão Parcial do Plano de Urbanização da Cidade

Sobre este ponto a Sra. Presidente da Câmara Municipal pediu a palavra afirmando que a proposta apresentada se refere a uma área que neste momento está ocupada por unidades empresariais, de uso comercial, armazenagem e ainda habitacional. O Plano de Urbanização remetia para a necessidade de elaborar um Plano de Pormenor no sentido de restringir a instalação de unidades industriais nesta área e localizá-las prioritariamente na Zona Industrial da Adua. No entanto, várias questões têm dificultado a elaboração desse Plano, nomeadamente a elaboração de uma proposta que seja consensual dos usos e direitos adquiridos, para aquela zona. A proposta agora apresentada, refere-se a uma suspensão do Plano, que em conjugação com o estabelecimento de medidas preventivas, a seguir apresentadas, permitirá a definição de um conjunto de regras que terão que ser apresentadas à CCDRA, as quais permitirão viabilizar algumas propostas de atividades económicas, existentes para aquela área.

Não havendo mais pedidos de intervenção a Sra. Presidente da Assembleia colocou à votação o documento.

*Blogue Sofia*

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

3º. Ponto - Medidas Preventivas na área de suspensão do Plano de Urbanização da Cidade

Relativamente a este ponto a Sra. Presidente da Câmara Municipal afirmou que as Medidas Preventivas são articuladas com algumas regras de ocupação desta área, cujos índices permitirão avaliar e aprovar, caso seja viável, a instalação e legalização de atividades económicas. Estas medidas já têm o parecer favorável da CCDRA, acrescentou ainda.

Sobre este assunto, pediu a palavra o eleito Sr. Joaquim Bastos questionando a Câmara sobre o porquê destas alterações, uma vez que a Zona Industrial ainda não está totalmente preenchida e que tipo de atividades económicas se pretendem instalar na referida zona.

Em resposta, a Sra. Presidente da Câmara afirmou que a aplicação destas medidas tem um carácter excecional, sendo apenas utilizadas num período transitório, entre a suspensão de aplicação de um Plano e a criação de novas regras de zonamento que farão parte do Plano seguinte. Foi também deliberado pela Câmara, a revisão do Plano de Urbanização. A Câmara tem conhecimento da intenção de ampliação de uma das atividades económicas já existente.

Deliberação: Aprovadas por unanimidade.

4º. Ponto - Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira - Funcionamento do Jardim de Infância

A Sra. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Sra. Presidente da Câmara que informou que decorre da nova legislação a obrigatoriedade que todas as deliberações a apoios às freguesias, fora do âmbito das delegações de competências, sejam obrigatoriamente deliberados pela Assembleia Municipal. A proposta apresentada tem a ver com um apoio ao Jardim de Infância de Foros de Vale de Figueira.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

5º. Ponto - Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Santiago do Escoural - Fornecimento de Lanches Escolares

Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, a Sra. Presidente da Câmara Municipal informou que se trata de uma proposta semelhante a outras já aprovadas por este órgão e que se refere ao apoio, por parte da Câmara Municipal, para fornecimento de lanches escolares.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

6º. Ponto - Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre.

Dado não haver pedidos de intervenção, a Sra. Presidente da Assembleia colocou à votação a proposta apresentada.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

*169 me Sofio*

7º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Santiago do Escoural – Construção de muro de suporte no Parque Desportivo de Santiago do Escoural.

Relativamente a este ponto a Sra. Presidente da Câmara informou que a proposta em análise está relacionada com o apoio a uma proposta de intervenção da Junta de Freguesia, na remodelação do Parque Desportivo, que consiste na instalação de um conjunto de equipamentos.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

8º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Cabrela – Transportes Escolares

Esta proposta visa formalizar um apoio a ser concedido à Junta de Freguesia de Cabrela, no que respeita aos transportes escolares que esta assume, disse a Sra. Presidente da Câmara Municipal. Acrescentou ainda que a Câmara Municipal irá questionar a DGESTE, sobre quem deverá assumir estes custos, uma vez que o Município sempre se opôs ao encerramento daquela Escola Primária

Para falar sobre este ponto, pediu a palavra a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Cabrela afirmando concordar com as afirmações da Sra. Presidente da Câmara, no que respeita à responsabilização pelos custos inerentes aos transportes escolares.

Não havendo mais pedidos de palavra, a Sra. Presidente da Assembleia colocou à votação a proposta em debate.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

9º. Ponto – Proposta de Orçamento Municipal e Documentos Previsionais para 2015

No que respeita a este ponto, a Sra. Presidente da Câmara pediu a palavra para dizer que estas Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal são os documentos possíveis de elaborar, neste quadro de contenção necessária para manter a capacidade de concretização de projetos estruturantes, os quais refletem ainda a perda de autonomia imposta ao Poder Local. Este Orçamento é elaborado pela vigência da nova Lei das Finanças Locais. Baseado na referida Lei foi criado o Fundo de Apoio Municipal, o qual irá retirar a este Município mais de 859 mil euros, nos próximos sete anos.

Acrescentou ainda que os documentos refletem também as limitações da aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, sendo o principal instrumento limitador da capacidade de investimento das Autarquias.

Apesar de tudo, considera que ambas as propostas correspondem à afirmação do trabalho e dos desafios para dois mil e quinze, sempre na perspetiva da elevação da qualidade de vida dos montemorenses, na promoção económica do concelho, na captação de investimento, no desenvolvimento de políticas sociais integradas, na defesa da prestação de serviços públicos e de uma melhoria contínua dos serviços prestados a toda a população. São prioridades a área sociocultural, ação social, educação, cultura, área económica, modernização dos serviços e instalações municipais, parcerias com o movimento associativo e com as Juntas de Freguesia.

Pediu a palavra o eleito Sr. Carlos Zorrinho afirmando que no ano anterior os eleitos do Partido Socialista, abstiveram-se na votação do orçamento, fundamentando essa decisão de voto, uma vez que tinham apresentado um conjunto de vinte e seis

propostas, sendo que na sua maioria não estavam contempladas no documento. Relembrou depois que a bancada do PS terá feito o desafio para que no orçamento seguinte fossem incorporadas um maior número de propostas, feitas por aquele Partido, como tal não se veio a verificar os eleitos do Partido Socialista irão votar contra. Ao analisar este orçamento, verificamos que não mostra qualquer ambição no sentido de atrair novas empresas, novos empreendimentos. Considera ainda que o papel da Câmara não pode ser de IPSS, mas sim de dinamização e desenvolvimento do concelho.

Ainda sobre o mesmo ponto da ordem de trabalhos, pediu a palavra o eleito Sr. António Xavier para reiterar a ideia de que a Câmara deveria incentivar os jovens à participação política e social no concelho. Afirmou de seguida que, decorridos sete meses sobre a aprovação, neste órgão, da criação do Conselho Municipal da Juventude e que até hoje ainda estará em análise. Esta falta de ligação com os mais jovens, faz com que eles se afastem da nossa cidade. Considera que em certas rubricas existem grandes discrepâncias em termos de valores, de princípios. Gostaria de ver melhor identificados quais os subsídios que o Município atribuiu às Associações e Clubes Desportivos da cidade, porque o documento não está suficientemente claro.

Afirmou ainda o mesmo eleito que a cidade tem cada vez menos iluminação e que conhece queixas de muitos munícipes. A concluir a sua intervenção, disse que a Câmara continua a não garantir um futuro que atraia a fixação dos jovens, ainda que tenha muita dinâmica a nível associativo e desportivo e que por tudo o que referiu irá votar contra o orçamento.

Pediu de novo a palavra a Sra. Presidente da Câmara para dizer que, na sua opinião e após ouvir todas as intervenções, considera que as dúvidas colocadas resultam de uma leitura menos atenta dos documentos. Este orçamento reflete uma perspetiva importante de tudo aquilo que tem sido prioritário na intervenção da Câmara Municipal e que se pretende manter e por isso têm uma expressão orçamental grande e está relacionada com o apoio à capacitação das instituições sociais do concelho. Esse apoio tem sido determinante e tem-se traduzido na atribuição de financiamentos à criação e funcionamento de um conjunto de valência a nível social. Referiu ainda que esses apoios têm sido reconhecidos publicamente, pelas referidas instituições e que têm possibilitado uma melhor resposta por parte das mesmas.

Disse ainda que muitos têm sido os apoios também à juventude, nomeadamente à criação artística, ao desporto, à educação, os quais têm tido reflexos importantes e que pretendem continuar a assumir, sendo que têm um peso orçamental considerável, como se pode verificar nos documentos. Do ponto vista da atividade económica, salientou ainda a estratégia traçada pelo Município de criação e de valorização de infraestruturas de apoio ao desenvolvimento, como o Centro de Acolhimentos às Micro e Pequenas Empresas e toda a dinâmica daí resultante, assim como a atração de novas atividades, no caso da estrutura de incubação de empresas, tem garantido um conjunto de atividades, que pela primeira vez ocorrem em Montemor. Salientou ainda o recente Encontro de Técnicos de Incubadoras, visando a criação de uma rede de conhecimento e troca de experiências, que valorize e que atraia à cidade, outras atividades, outros empreendedores que possam aqui instalar-se. Referiu ainda a importância do investimento na requalificação do Mercado Municipal, que irá dinamizar esta importante infraestrutura. No final da sua intervenção, referiu as

*109 ue Sofia*

iniciativas que visam a promoção do nosso concelho, sendo que o Município participou na Feira Portugal Agro e na Feira Feshipor, esta última decorreu em Badajoz.

Ainda sobre este ponto, pediu a palavra o eleito Sr. Carlos Zorrinho para questionar a Câmara Municipal sobre quantos empregos foram criados ou apoiados indiretamente pela Câmara na área não produtiva e na área produtiva.

Não havendo mais propostas para uso da palavra, a Sra. Presidente colocou à votação os dois documentos, separadamente.

Deliberação do Orçamento Municipal para dois mil e quinze: Aprovado por maioria com catorze votos favoráveis dos eleitos da CDU e oito votos contra dos eleitos pelo PS e CDS.

Deliberação dos Documentos Previsionais para dois mil e quinze: Aprovados por maioria com catorze votos favoráveis dos eleitos da CDU e oito votos contra dos eleitos pelo PS e CDS.

#### 10º. Ponto – Proposta de Participação do IRS para 2015

A Sra. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Sra. Presidente da Câmara, a qual referiu que a proposta apresentada tem a fundamentação necessária para a deliberação. Refere uma nota adicional que tem a ver com o surgimento da inscrição da possibilidade de haver uma participação variável no IRS, feita a partir da Lei das Finanças Locais de 2007, que na altura foi apresentada pelos apoiantes da referida lei, como sendo necessário no sentido de compensar a perda de receita com a sua entrada em vigor, o que se veio a concretizar-se.

Interveio de seguida o eleito Sr. Pedro Bento afirmando que a bancada do Partido Socialista irá votar contra esta proposta, pois considera que a Câmara Municipal está a agir para com os munícipes precisamente do mesmo modo que o governo central o faz com o Poder Local, no que respeita ao agravamento fiscal.

Disse ainda que apesar deste ser um recurso público por direito dos Municípios, sabe que existem inúmeros que abdicaram de metade dos cinco por cento.

De seguida pediu para intervir o eleito António Xavier, afirmando que a Câmara tinha a possibilidade de reduzir a taxa de IRS, no entanto não o fez. Acrescentou ainda que considera bastante estranho que ainda há pouco foi aprovada uma moção sobre a proposta de orçamento, com as críticas da bancada da CDU, nomeadamente à elevada carga fiscal e agora a CDU vem apresentar uma proposta de IRS para dois mil e quinze, com a taxa máxima. Por uma questão de princípio, vai votar contra esta proposta, disse ainda o mesmo eleito.

Ainda para falar sobre a mesma proposta, pediu a palavra o eleito Sr. António Danado afirmando não entender a intervenção do eleito do CDS, porque votou contra a moção sobre o Orçamento de Estado e agora vota contra esta proposta para manutenção do IRS, porque é disso que se trata. Trata-se de um aumento de cinco por cento na comparticipação das Autarquias Locais no IRS cobrado, não se trata do rendimento total. Acrescentou ainda, que é cada vez maior o número de pessoas que não paga IRS em Montemor. Relatou ainda que diariamente são muitos os munícipes que se dirigem à Junta de Freguesia que preside a solicitarem atestados de insuficiência económica para diversos fins, pelo que todas estas pessoas não são afetadas por esta manutenção da taxa do IRS proposta. Relembrou ainda o mesmo eleito que este orçamento vem retirar mais uma vez verbas devidas às Autarquias Locais, não cumprindo por isso a

*Moque Sofia*

legislação. Referiu ainda pois, será bom não esquecer, que os Municípios também prestam serviços públicos às populações, os quais custam dinheiro e devem estar ao serviço de todos, não apenas de alguns.

Pedi para intervir de novo a Sra. Presidente da Câmara afirmando que também na sua opinião tudo se trata de uma questão de princípios. Relembrou que o CDS votou na Assembleia da República a favor deste Orçamento de Estado para dois mil e quinze que traduz uma enorme carga fiscal, no entanto o eleito deste Partido, nesta Assembleia, considera que a CDU em Montemor poderia aliviar um pouco os municípios. Afirmou ainda que em dois mil e sete o Partido Socialista aprovou uma Lei das Finanças Locais e a partir da qual surgiu esta questão, que na altura foi anunciada como sendo uma forma de compensação dos Municípios, face à perda de verbas, que se vieram a verificar, nesse ano e todos os seguintes e vem agora, o mesmo Partido apresentar inúmeras propostas nestas Opções do Plano para aumento de investimento e redução de receitas, sem no entanto esclarecer onde a Câmara iria obter essas compensações.

Em resposta à intervenção do eleito Sr. Pedro Bento, a Sra. Presidente referiu que é preciso não esquecer que apesar dos resultados líquidos serem positivos, o Município está profundamente condicionado pela Lei dos Compromissos, pois é esta Lei que determina a capacidade de investimento e não a vontade dos eleitos.

Pedi de novo a palavra o eleito Sr. António Xavier afirmando que o CDS Nacional aprovou um orçamento, mas que é contrário à sua doutrina, no entanto fê-lo porque era necessário aplicar uma política fundamental para sarar as feridas deixadas por outros. Não é política do CDS aumentar impostos. Disse ainda que uma vez que a Câmara tinha agora uma oportunidade de baixar a carga fiscal para os Montemorenses, também não o fez.

Pedi a palavra a Sra. Presidente da Câmara para dizer que a Câmara irá reduzir a carga fiscal mas no que se refere ao IMI, uma vez que a não introdução no Orçamento de Estado da manutenção da cláusula de salvaguarda, vai ter um impacto enorme na maioria das famílias, por isso a Câmara decidiu baixar para a taxa mínima, visando minimizar esse impacto.

Não havendo mais pedidos de intervenção neste ponto, foi colocada à votação a proposta de IRS.

Deliberação: Aprovada por maioria com catorze votos favoráveis dos eleitos da CDU e oito votos contra dos eleitos pelo PS e CDS.

#### 11º. Ponto – Proposta de Derrama sobre o IRC para 2015

Acerca desta proposta a Sra. Presidente da Câmara salientou que foi ponderada a possibilidade da sua redução, no entanto atendendo ao significado que teria como perda de receita para o Município e por outro o fraco impacto nas empresas, entendeu-se manter os valores do ano passado.

Para falar sobre este ponto, pediu a palavra o eleito Sr. Joaquim Galvão afirmando que se a Câmara tivesse optado pela derrama zero, seria um estímulo que iria atrair empresas ao nosso concelho. Era um sinal de apoio ao investimento privado e à criação de emprego. Por tudo isto a bancada do Partido Socialista irá votar contra o documento:

Pediu para intervir o eleito Sr. António Xavier dizendo que também na sua opinião, a Câmara poderia através desta proposta chamar empresas a instalar-se no nosso concelho, podendo assim demonstrar que o Município está aberto à fixação de novas empresas.

Ainda para falar sobre este ponto da ordem de trabalhos, pediu a palavra o eleito Sr. José Grulha afirmando que se não existirem políticas de desenvolvimento regional, enquanto não houver um governo que apoie o tecido empresarial fora dos grandes polos urbanos, que crie incentivos, o interior não é atrativo à fixação de empresas.

Interveio ainda a Sra. Presidente da Câmara afirmando se a Câmara tivesse optado por baixar a derrama de um e meio por cento para um vírgula vinte e cinco, significaria um benefício de quarenta e sete cêntimos por dia às cento e vinte e nove empresas que pagam esse valor. Por outro lado, as empresas que têm um volume de negócio inferior a cento e cinquenta mil euros, representam apenas dez mil euros no valor total da derrama e cerca de cinquenta e um euros/ano, para cada uma. São portanto, valores muito insignificativos para as empresas, mas por outro lado, na sua totalidade representam uma receita municipal considerável. A finalizar a sua intervenção, disse ainda não conhecer a existência de nenhum estudo comprovativo de que a isenção da derrama resolve todos os problemas de atratividade de empresas.

Retomou o uso da palavra a Sra. Presidente da Assembleia para colocar à votação a proposta em debate.

Deliberação: Aprovada por maioria com catorze votos favoráveis dos eleitos da CDU e oito votos contra dos eleitos pelo PS e CDS.

#### 12º. Ponto – Proposta de fixação de Taxas de IMI para 2015

Relativamente a esta proposta, a Sra. Presidente da Câmara Municipal referiu que o Município propõe a redução do valor da taxa de IMI para o valor mínimo aplicável, que terá implicações na receita municipal, mas que após análise foi considerado possível e sustentável. Acrescentou ainda que este orçamento de Estado, tinha uma norma que é uma das razões pela qual também a Associação Nacional de Municípios, manifestou publicamente a sua oposição, que tem a ver com a existência de uma consignação obrigatória do aumento das receitas do IMI, a qual tem que ser utilizada na constituição do FAM, na amortização de empréstimos de médio e longo prazo ou dos pagamentos em atraso. As Câmaras Municipais não vão beneficiar diretamente do eventual aumento da receita de IMI.

Pediu para intervir de seguida, o eleito Sr. Joaquim Galvão, que afirmou estar bastante satisfeito com a opção da Câmara de apresentar uma proposta de redução de IMI.

Referiu-se ainda ao desaparecimento da cláusula de salvaguarda que nos vai penalizar bastante a todos. Por fim, informou que a bancada do Partido Socialista irá votar favoravelmente este ponto.

Pediu a palavra o eleito Sr. António Xavier informando que irá votar a favor desta proposta de redução do IMI.

Ainda sobre este ponto, pediu a palavra o eleito Sr. António Danado dizendo que o aumento real da cobrança às famílias, não se vai refletir no aumento real de receção desse valor pelas autarquias locais, pelo contrário, as pessoas vão pagar mais e os Municípios vão receber menos. Toda essa situação vai complicar ainda mais a vida de

muitas famílias. Acresce ainda que tem estado a aumentar as execuções, por força do incumprimento do pagamento do IMI.

Não havendo outros pedidos de palavra, a Sra. Presidente da Assembleia colocou à votação a proposta referente a este ponto da ordem de trabalhos.

Deliberação: Aprovada por unanimidade

13º. Ponto – Proposta de Autorização à Assembleia Municipal/Empréstimo bancário de médio e longo prazo para 2015

Sobre esta proposta a Sra. Presidente da Câmara afirmou que é competência da Assembleia Municipal emitir autorização para contração de empréstimos para um conjunto de investimentos que se encontram expressos no Plano Plurianual de Investimentos, já aprovadas por esta Assembleia.

Foi colocada de seguida à votação a proposta apresentada.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

14º. Ponto – Proposta de Mapa de Pessoal para 2015

Foi o documento apresentado pela Sra. Presidente da Câmara, a qual salientou que o Mapa de Pessoal para 2015, mantém o mesmo número de postos de trabalho do ano de 2014. Em resultado da aprovação da Reorganização de Serviços e por força da Lei, irá ocorrer uma redução do número de dirigentes, de nove para cinco.

Não havendo pedidos de intervenção para este ponto, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta de Mapa de Pessoal.

Deliberação: Aprovada por maioria com catorze votos favoráveis dos eleitos da CDU e oito abstenções dos eleitos pelo PS e CDS.

15º. Ponto – Declaração de Interesse Municipal da ETAR de Lavre

Acerca deste ponto, a Sra. Presidente da Câmara informou que esta Declaração é obrigatória para a instrução do processo de desafetação de utilização de áreas de reserva ecológica e foi solicitada pelas Águas Públicas do Alentejo, que está a preparar o processo de concurso para a construção da ETAR de Lavre, pelo que o que é proposto é justificar a necessidade de interesse municipal da realização desta infraestrutura para a utilização desses terrenos.

Para falar sobre o documento apresentado, pediu a palavra o eleito Sr. Pedro Bento afirmando que a bancada do Partido Socialista irá votar a favor o documento, no entanto referiu estranhar que apenas agora o Município considere a referida infraestrutura de interesse municipal.

Pediu a palavra o eleito Sr. António Danado dizendo que esta declaração é um documento obrigatório no processo de desafetação de áreas protegidas. Foi a parceria estabelecida com as Águas Públicas do Alentejo que possibilitou esta candidatura, que o Município andou a tentar fazer durante catorze anos e não conseguiu. Era referido que apenas era possível candidatar construções de ETAR, alvo de populações acima de quinhentas pessoas. Salientava ainda o mesmo eleito, ser muito importante que no próximo ano fosse possível apresentar também a DIM para as ETAR's de Montemor, de Ciborro e de Santiago do Escoural.

De novo no uso da palavra, o eleito Sr. Pedro Bento afirmou que foi positiva a realização da referida parceria, porque possibilitou a construção da ETAR de Lavre.

Ainda para falar sobre o mesmo ponto, retomou a palavra a Sra. Presidente da Câmara para afirmar que as Águas Públicas do Alentejo estão a operar o sistema de saneamento de Lavre desde Maio de 2013, porque foi considerado pelo Município ser prioritário. Estão agora a dar cumprimento a que no ano de 2014 fosse concluído todo o procedimento para a construção da ETAR de Lavre. Estamos apenas a fazer aquilo que nos foi solicitado pela empresa, disse.

Pediu a palavra ainda o eleito Sr. Pedro Bento para questionar a Câmara se nunca fosse realizado este acordo, Lavre nunca teria uma ETAR.

Ainda para falar sobre o tema em discussão, pediu para intervir de novo o eleito Sr. António Danado para lembrar que em 2001, o Sr. Secretário de Estado do Ambiente impôs às autarquias do Partido Socialista que saíssem do sistema intermunicipal de águas e saneamento do Alentejo, o que impossibilitou a construção de todas estas infraestruturas.

Retomou a palavra a Sra. presidente da Assembleia para colocar à votação o documento.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

#### 16º. Ponto – Informação da atividade da Câmara Municipal

Sobre este ponto, a Sra. Presidente da Câmara informou que os serviços da Câmara estão a preparar todo o processo, para que a criação do Conselho Municipal da Juventude venha a ocorrer no início do ano de 2015.

A Sra. Presidente da Assembleia voltou a usar da palavra para se referir à proposta de datas das sessões de Assembleia Municipal para o ano de 2015.

De seguida foi dada a palavra ao público, não tendo havido qualquer intervenção.

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pela senhora Presidente da Assembleia encerrada a reunião eram vinte e três horas e quinze minutos, tendo a Assembleia deliberado por unanimidade aprovar esta ata em minuta, ao abrigo do número três do artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação.

E eu, Helena Bazilisa Rodrigues, Assistente Técnica, funcionária designada para o efeito, a redigi e subscrevo.

A Presidente da Assembleia Municipal



Profª. Vitalina Roque Sofio

A Assistente Técnica



Helena Bazilisa Rodrigues